

Elpídio **DONIZETTI**

Curso de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL Volume Único

26^a revista,
atualizada
e ampliada
edição

- O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.02.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Até a 22ª edição, esta obra era intitulada *Curso didático de direito processual civil*.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D737c
Donizetti, Elpidio

Curso de direito processual civil: volume único / Elpidio Donizetti. – 26. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5977-462-3

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

23-82608

CDU: 347(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1	O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015.....	3
1.	O Direito Processual Civil.....	3
1.1	Conceito e fontes.....	3
1.2	O Direito Processual Civil na perspectiva do Código.....	7
1.2.1	A estrutura do Código atual.....	8
1.2.2	Os diversos tons do Código atual.....	9
1.2.3	<i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	12
1.2.3.1	O Direito Processual no Brasil.....	13
1.3	O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente.....	15
2	A principiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais.....	21
1.	Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	21
1.1	Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo.....	22
1.2	O “modelo constitucional do processo”.....	23
2.	Princípios processuais como direitos fundamentais.....	24
2.1	Introdução: princípios, regras e valores.....	24
2.2	Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	26
2.3	Positivização infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais..	27
2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais.....	27

3.	Os princípios e as garantias processuais.....	28
3.1	Princípio do devido processo legal	29
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º.....	30
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º.....	31
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	32
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º.....	33
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º	35
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º.....	37
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	38
3.9	Princípio da ampla defesa	39
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	41
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	41
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º.....	43
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º.....	44
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º.....	44
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º.....	45
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º.....	46
3.17	Princípio da lealdade processual	46
3.18	Princípio da motivação – art. 11	46
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	48
3.20	Princípio da imparcialidade.....	49
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência.....	49
4.1	Princípio do juízo natural	49
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição	51
4.3	Princípio da identidade física do juiz	51
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível)	52
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	52
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição.....	53
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo.....	53
4.8	Princípio da instrumentalidade das formas.....	54
4.9	Princípio da economia processual	54
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado)	55
4.11	Princípio da verdade real.....	56
4.12	Princípio da oralidade	57
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo	57
4.14	Princípio da congruência	57
3	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15).....	61
1.	Introdução.....	61
1.1	A lei processual civil no espaço	61

1.2	A lei processual civil no tempo.....	62
1.2.1	Direito intertemporal.....	65
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	69
4	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil.....	71
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual	71
2.	Jurisdição.....	72
2.1	Conceito de jurisdição	72
2.2	Características da jurisdição	72
2.2.1	Unidade	72
2.2.2	Secundariedade	75
2.2.3	Substitutividade.....	77
2.2.4	Imparcialidade.....	78
2.2.5	Criatividade.....	78
2.2.6	Inércia	80
2.2.7	Definitividade.....	80
2.3	Princípios da jurisdição	80
2.3.1	Princípio do juízo natural	81
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	82
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade)	83
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	84
2.3.5	Princípio da indelegabilidade	84
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	84
3.	Tutela Jurisdicional	87
3.1	Principais espécies de tutelas jurisdicionais.....	89
3.2	Sistematização das tutelas jurisdicionais.....	91
3.3	Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	94
3.4	Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil.....	95
4.	Meios alternativos de pacificação social	98
4.1	Autotutela	99
4.2	Mediação e conciliação.....	99
4.3	Julgamento por órgão administrativo.....	101
5.	Arbitragem	101
6.	Ação	106
6.1	Conceito e evolução	106
6.2	O CPC/2015 e as “condições da ação”	109
6.3	Elementos da ação.....	110
6.4	Classificação das ações	113
7.	Processo.....	117
7.1	Conceito.....	117
7.2	As várias visões do processo	120
7.2.1	Processo e procedimento	120

7.2.2	Processo como contrato	121
7.2.3	Processo como quase contrato	121
7.2.4	Processo como relação jurídica	121
7.2.5	Processo como situação jurídica	122
7.2.6	Processo como instituição jurídica	123
7.2.7	Processo como procedimento em contraditório	123
7.2.8	Processo como entidade complexa	123
7.3	Sujeitos do processo	124
7.4	Espécies de processo	125
8.	Pressupostos processuais	125
9.	Pressupostos e requisitos processuais	126
10.	Os diversos planos do mundo jurídico	127
10.1	O plano da existência	127
10.2	O plano de validade	128
10.3	O plano de eficácia	128
11.	Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais	128
11.1	Pressupostos processuais subjetivos	129
11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda	132
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade	133
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual	138
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos)	140
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	142
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte	145
11.8	Teorias da exposição e da asserção	146
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	148
5	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41)	151
1.	Introdução	151
2.	Limites da jurisdição nacional	152
2.1	Competência concorrente	153
2.2	Competência exclusiva	155
2.3	Cláusula de eleição de foro	156
3.	Cooperação internacional	157
3.1	Introdução	157
3.2	Autoridade central	158
3.3	Reciprocidade	159
3.4	Mecanismos de cooperação internacional	159
3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta)	160
3.4.2	Carta rogatória	161
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira	162

6	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69)	165
1.	Introdução.....	165
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	165
2.1	Princípio do juízo natural.....	165
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenz-kompetenz</i>).....	166
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)....	166
3.	Critérios determinativos da competência.....	167
3.1	Critério objetivo.....	167
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	167
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	168
3.2	Critério funcional.....	171
3.3	Critério territorial.....	172
3.3.1	Foro geral.....	172
3.3.2	Foros especiais.....	174
4.	Metodologia para determinação da competência.....	177
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	179
6.	Modificação da competência.....	180
6.1	Prorrogação.....	181
6.2	Conexão e continência.....	181
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência).....	184
7.	Prevenção.....	184
8.	Regra da acessoriedade.....	186
9.	Conflito de competência.....	186
10.	Cooperação nacional.....	187
7	Partes e procuradores (arts. 70 a 112)	193
1.	Partes.....	193
1.1	Conceito.....	193
1.2	Capacidade de ser parte.....	194
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito.....	196
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges.....	197
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75.....	198
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação.....	201
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	201
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé.....	204
1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil.....	208
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	209
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais.....	209

1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo	210
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade.....	211
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	213
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	222
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	224
1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	233
2.	Procuradores.....	239
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados	239
2.2	Procuração assinada digitalmente.....	241
2.2.1	Requisitos da procuração.....	241
2.3	Direitos dos advogados.....	242
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	244
8	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	247
1.	Conceito	247
2.	Classificação do litisconsórcio.....	247
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	249
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual.....	249
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	250
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	251
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	253
7.	Autonomia dos litisconsortes	254
9	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138)	259
1.	Noções gerais	259
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015... ..	260
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	261
2.1	Conceito.....	261
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente	261
2.2.1	Assistência simples.....	262
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão	262
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	263
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	264
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	266
3.1	Conceito.....	266
3.2	Hipóteses de admissibilidade.....	266
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúnciação	269
3.4	Procedimento.....	270

3.5	Procedimentos que admitem a denunciação.....	270
3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora	271
3.7	Julgamento da denunciação da lide e verbas de sucumbência.....	273
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	274
4.1	Conceito.....	274
4.2	Hipóteses de admissibilidade.....	275
4.3	Procedimento.....	276
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos	277
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	279
5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137)	280
5.1	Noções gerais	280
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma	283
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente.....	283
5.4	Descon sideração inversa da personalidade jurídica.....	284
5.5	Hipóteses de cabimento.....	285
5.6	Procedimento para a descon sideração da personalidade jurídica.....	286
5.7	Efeitos da descon sideração.....	287
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	290
6.1	Introdução.....	290
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	291
6.3	Natureza jurídica	291
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade	292
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais	293
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	294
6.5.2	Procedimento para a intervenção	295
6.5.3	Momento para a intervenção.....	295
6.5.4	Interposição de recursos	296
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção	296
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas	297
6.5.5	Necessidade de advogado.....	298
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015?.....	299
8.	A intervenção anômala das pessoas de direito público.....	300
10	O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175)	303
1.	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	303
2.	O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional	313
3.	Limites da decisão	314
4.	Princípio da identidade física do juiz.....	314

5.	Responsabilidades do juiz	315
6.	Impedimentos e suspeição	316
6.1	Recusa dos impedidos ou suspeitos	319
7.	Auxiliares da justiça	320
11	As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF)	327
1.	Introdução	327
2.	As funções essenciais à justiça	328
2.1	O Ministério Público	329
2.1.1	Natureza da atuação	329
2.1.2	Princípios institucionais	330
2.1.3	Formas de atuação	331
2.1.4	Consequências da ausência do Ministério Público no processo	334
2.1.5	Prazos e responsabilidades	334
2.1.6	Impedimento, suspeição e incompetência	335
2.1.7	Legitimidade para recorrer	335
2.1.8	Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil	336
2.2	A Advocacia Pública	340
2.2.1	Funções	341
2.2.2	Autonomia	341
2.2.3	Formas de atuação	342
2.2.4	Prazos e responsabilidades	343
2.3	A Defensoria Pública	344
2.3.1	A Defensoria Pública como cláusula pétrea	345
2.3.2	Funções	345
2.3.2.1	As funções da Defensoria Pública no CPC atual	347
2.3.3	A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade	348
2.3.4	Princípios institucionais	350
2.3.5	Prazos e responsabilidades	351
2.4	A Advocacia Privada	353
12	Atos processuais (arts. 188 a 293)	355
1.	Conceito	355
2.	Classificação dos atos processuais	356
2.1	Atos das partes	356
2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz	357
2.2.1	Sentença	357
2.2.2	Acórdão	358
2.2.3	Decisão monocrática de relator	358

2.2.4	Decisão interlocutória	358
2.2.5	Despachos	358
2.3	Atos do escrivão.....	359
3.	Forma dos atos processuais.....	359
3.1	Convenção acerca da prática dos atos processuais	361
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	364
4.1	Assinatura eletrônica	364
4.2	Informática jurídica	367
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais	369
6.	Publicidade dos atos processuais	370
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	370
8.	Férias e feriados forenses.....	372
9.	Os prazos processuais	375
9.1	Classificação dos prazos	377
9.2	Principais prazos para a prática de atos processuais.....	379
9.3	O curso dos prazos.....	381
9.4	Contando os prazos.....	384
9.4.1	Termo inicial dos prazos	385
9.4.1.1	Forma de contagem dos prazos.....	389
9.4.2	Algumas regras especiais sobre contagem de prazo	393
9.5	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública	393
10.	Preclusão	393
11.	Descumprimento de prazos e penalidades	394
12.	Comunicação dos atos processuais.....	395
12.1	Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações	396
12.2	Citação	398
12.2.1	Citação por meio eletrônico: agora essa é a regra.....	399
12.2.2	Citação pelo correio.....	400
12.2.3	Citação por oficial de justiça.....	401
12.2.4	Citação na Secretaria do juízo	402
12.2.5	Citação por edital	402
12.2.6	Citação nas ações de usucapião de bem imóvel.....	403
12.2.7	Efeitos da citação	403
12.3	A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação.....	404
12.4	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	406
12.5	Intimação.....	406
13.	Nulidades.....	408
13.1	Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia.....	408
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	409

13.3	Sistema de nulidades no CPC.....	410
13.3.1	Considerações gerais	410
13.3.2	Momento de arguição da nulidade	410
13.3.3	Decretação da nulidade e seus efeitos	411
13.3.4	Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público....	411
	Anexo	417
13	Tutela provisória (arts. 294 a 311)	425
1.	Noções gerais	425
2.	A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias	427
3.	Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	429
3.1	A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295)	429
3.2	A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, <i>caput</i>) ...	429
3.3	O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único).....	431
3.4	Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298)	432
3.5	A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299)	433
3.6	Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado	433
4.	Tutela provisória e recurso.....	434
5.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	436
6.	Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	438
6.1	Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada).....	438
6.2	Requisitos para concessão das tutelas de urgência	439
6.3	Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência.....	440
6.4	Momento para o deferimento das tutelas de urgência	441
6.5	A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada.....	442
6.6	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência	443
6.6.1	Sentença desfavorável (art. 302, I)	445
6.6.2	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II)	446
6.6.3	Cessaçao da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III) ..	446
6.6.4	Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV) ...	447

7.	Da tutela cautelar.....	448
7.1	Das tutelas idôneas para asseguaração do direito	448
7.2	A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo	450
7.3	A tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	450
7.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente.....	450
7.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar	451
7.3.3	As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo	452
7.3.4	Momento para formulação do pedido principal.....	453
7.3.5	E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar?	456
7.3.5.1	Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar.....	456
7.3.6	O pedido principal – procedimento	458
7.3.7	Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	459
8.	Da tutela antecipada.....	461
8.1	Linhas gerais sobre a tutela antecipada	461
8.2	Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada.....	462
8.3	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente....	462
8.3.1	Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	463
8.3.2	Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar	464
8.3.3	O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	464
8.3.4	A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente.....	465
8.3.4.1	Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças	467
8.3.5	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	468
8.3.6	Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada	470
8.3.7	A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias?	471
9.	Da tutela da evidência	475
9.1	Noções gerais	475
9.2	Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência.....	476
14	Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317).....	483
1.	Visão geral do processo	483
2.	Formação da relação processual.....	483
2.1	Estabilização do processo.....	484

3.	Suspensão do processo	484
3.1	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I).....	485
3.2	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II)	486
3.3	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição.....	486
3.4	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	486
3.5	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>).....	487
3.6	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	488
3.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII)	488
3.8	Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII)	489
3.9	Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X).....	489
3.10	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso	491
4.	Extinção do processo	491

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1	Procedimento comum (arts. 318 a 512)	495
1.	Noções gerais	495
2.	Determinação do procedimento	496
3.	Visão geral do procedimento comum	496
4.	Fase postulatória.....	497
4.1	Petição inicial.....	497
4.1.1	Requisitos da petição inicial	498
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º	501
4.1.2	O pedido e suas espécies	502
4.1.3	Alteração do pedido.....	503
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação	504
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição	504
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	504
4.2.3	Deferimento da petição inicial	506
4.2.4	Indeferimento da petição inicial	506
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	507
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar	508
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar ...	512
4.3	Audiência conciliatória.....	513

4.4	Resposta do réu.....	516
4.4.1	Exceção de impedimento ou suspeição.....	517
4.4.2	Contestação.....	521
4.4.2.1	Convenção de arbitragem	524
4.4.2.2	Alegação de ilegitimidade do réu.....	525
4.4.2.3	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu	526
4.4.2.4	Contagem do prazo para a contestação.....	528
4.4.3	Reconvenção.....	529
4.4.4	Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta.....	531
4.5	Revelia.....	532
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo	536
5.1	Extinção do processo	536
5.2	Julgamento antecipado do mérito	537
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	537
6.	Saneamento e organização do processo	538
7.	Fase instrutória ou probatória	540
7.1	Audiência de instrução e julgamento	542
7.2	Provas.....	543
7.2.1	Produção antecipada da prova	549
7.2.2	Ata notarial	550
7.2.3	Depoimento pessoal	550
7.2.4	Confissão.....	552
7.2.5	Exibição de documento ou coisa.....	554
7.2.6	Prova documental	557
7.2.7	Arguição de falsidade	559
7.2.8	Documentos eletrônicos	560
7.2.9	Prova testemunhal.....	562
7.2.10	Prova pericial.....	566
7.2.10.1	Indeferimento e dispensa da prova pericial.....	566
7.2.10.2	Prova técnica simplificada	567
7.2.10.3	Perícia consensual	567
7.2.10.4	Procedimento.....	568
7.2.10.5	Requisitos do laudo pericial.....	571
7.2.10.6	Nova perícia	572
7.2.10.7	Responsabilidade do perito.....	572
7.2.10.8	Assistentes técnicos.....	572
7.2.10.9	Escusa, impedimento e suspeição	573
7.2.10.10	Substituição do perito	574
7.2.10.11	O juiz e o laudo pericial.....	574
7.2.11	Inspeção judicial.....	577
7.2.11.1	Procedimento.....	578

8.	Fase decisória.....	579
8.1	Considerações gerais.....	579
8.2	Conceito de sentença	580
8.3	Sentença terminativa.....	580
8.3.1	Hipóteses de extinção sem resolução do mérito.....	580
8.4	Sentença definitiva	584
8.5	Elementos essenciais da sentença.....	588
8.5.1	Ausência de fundamentação.....	589
8.6	Classificação e efeitos das sentenças definitivas.....	592
8.7	Conformação da sentença ao pedido	594
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	595
8.9	Sentença condicional	596
8.10	Sentença e fato superveniente.....	597
8.11	Modificação da sentença	598
8.12	Efeitos da sentença	599
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, de não fazer e de entregar coisa	600
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade.....	602
8.15	Remessa necessária (art. 496)	603
9.	Coisa julgada.....	607
9.1	Introdução	607
9.2	Conceito de coisa julgada.....	608
9.3	Limites da coisa julgada.....	610
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada.....	610
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial.....	612
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada.....	613
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa	615
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas	616
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos...	618
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	620
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	620
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas.....	621
9.6	Relativização da coisa julgada.....	622
9.7	Outros aspectos da coisa julgada.....	626
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512)	628
10.1	Noções gerais	628
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor	629
10.3	Liquidação na pendência de recurso	629
10.4	Procedimento.....	630
10.4.1	Liquidação por arbitramento.....	631
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	631
10.5	Outros aspectos da liquidação	631

2	Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538)	635
1.	Introdução.....	635
2.	Títulos executivos judiciais.....	636
3.	Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença.....	640
3.1	Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes.....	645
4.	Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	648
4.1	Procedimento.....	650
5.	Cumprimento definitivo.....	651
5.1	Honorários advocatícios no cumprimento definitivo.....	658
5.2	Moratória legal e cumprimento de sentença.....	659
5.3	Impugnação (defesa do devedor).....	660
5.3.1	Legitimidade.....	661
5.3.2	(Des)necessidade de prévia garantia do juízo.....	662
5.3.3	Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação.....	662
5.3.4	Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo.....	669
5.3.5	Alegação de fato superveniente.....	670
6.	Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos.....	672
6.1	Introdução.....	672
6.2	Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão.....	677
6.3	Cumprimento da sentença pela expropriação de bens.....	678
6.4	Cumprimento da sentença mediante desconto em folha.....	679
6.5	Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios.....	680
6.6	Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios.....	680
6.7	Abandono material.....	682
7.	Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	683
7.1	Introdução.....	683
7.2	Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública.....	683
7.2.1	Pagamento por meio de precatório.....	684
7.2.2	Pagamento por meio de RPV.....	685
7.2.3	Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF/1988.....	688
7.3	Procedimento.....	689
7.3.1	Impugnação e condenação em honorários.....	690
7.3.1.1	Honorários na execução invertida.....	691
7.3.1.2	Honorários nas condenações em ações coletivas.....	692
8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer.....	693
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	694
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	696
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização.....	697

3	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009.....	699
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	699
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	701
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001).....	701
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009)	702
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	702
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	704
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	705
4.1	Considerações gerais.....	705
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	706
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	709
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais	712
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	713
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	715
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995).....	716
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001).....	717
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).....	718
6.	Capacidade postulatória.....	719
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio	720
7.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	721
7.1.1	Procedimento	723
8.	Intervenção do Ministério Público	724
9.	Medidas de urgência	724
10.	Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	725
10.1	Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais.....	726
10.2	Os atos processuais nos Juizados Especiais federais	726
10.3	Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	727
11.	Extinção do processo sem resolução do mérito	727
12.	Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	728
12.1	Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais.....	728
12.2	Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais	730
12.3	Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	730
13.	Recursos cabíveis.....	731
13.1	Considerações gerais.....	731
13.2	Recurso inominado contra sentença (apelação)	733
13.3	Embargos de declaração contra sentença ou acórdão	735

13.4	Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela...	736
13.5	Recurso extraordinário.....	737
13.6	Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	738
14.	Outros meios de impugnação das decisões	742
15.	O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	745
16.	Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo	745
17.	Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	748
17.1	Juizados Especiais estaduais.....	748
17.2	Juizados Especiais federais	750
17.3	Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	752

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1	Procedimentos especiais (arts. 539 a 770).....	761
1.	Introdução.....	761
2.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	762
2.1	Noções gerais	762
2.2	Hipóteses autorizadoras da consignação.....	765
2.3	Objeto da consignação em pagamento.....	767
2.4	Modalidades de consignação	767
2.4.1	Consignação extrajudicial.....	767
2.4.2	Consignação judicial.....	769
2.5	Legitimidade para a ação de consignação	770
2.5.1	Legitimidade ativa.....	770
2.5.2	Legitimidade passiva.....	771
2.6	Foro competente.....	771
2.7	Procedimentos da consignação	771
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	772
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	773
2.8.2	Valor da causa.....	774
2.8.3	Citação	774
2.8.4	Atitudes do réu	775
2.8.5	Respostas do réu.....	775
2.8.6	Complementação do depósito.....	776
2.9	Instrução.....	777
2.10	Sentença.....	777
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	777
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente	777

2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	778
2.11.3	Resgate de aforamento.....	778
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	781
3.1	Noções gerais	781
3.2	Prazo prescricional.....	782
3.3	Legitimidade	783
3.4	Competência	784
3.5	Procedimento.....	784
3.5.1	Primeira fase	785
3.5.1.1	Respostas possíveis.....	785
3.5.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	787
3.5.2	Segunda fase.....	788
3.5.3	Sucumbência na ação de exigir contas	790
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568)	792
4.1	Noções gerais sobre a posse	792
4.2	Natureza jurídica da posse	793
4.3	Classificação da posse.....	794
4.4	Proteção possessória	795
4.4.1	Uma pitada de história	795
4.4.2	O juízo possessório e o juízo petitório	795
4.4.3	Ações possessórias típicas	797
4.4.4	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	798
4.4.5	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	800
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	801
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias	801
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	802
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	802
4.7.2	Competência	803
4.7.3	Petição inicial.....	804
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental.....	806
4.7.4.1	Justificação prévia	807
4.7.5	Respostas do réu.....	808
4.7.5.1	Reconvenção	810
4.7.5.2	A exceção de domínio	811
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos ..	812
4.9	Ações possessórias em espécie e a (des)necessidade de caução.....	813
4.10	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel	814

5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	819
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação	819
5.2	Procedimento da ação demarcatória	820
5.3	Procedimento da ação divisória	822
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública	822
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	824
6.1	Introdução	824
6.2	Objeto	824
6.3	Legitimidade	825
6.4	Competência	827
6.5	Procedimento.....	827
6.5.1	Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e majoritário.....	828
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	831
7.1	Introdução.....	831
7.2	Espécies de inventário.....	833
7.3	Inventário negativo	833
7.4	Inventário extrajudicial.....	833
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	836
7.5.1	Legitimidade	836
7.5.2	Competência.....	837
7.5.3	Intervenção do Ministério Público	838
7.5.4	Petição inicial.....	838
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	839
7.5.6	Primeiras declarações	841
7.5.7	Citação	841
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	842
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações	842
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	843
7.5.11	Colaço e sonegação	843
7.6	A partilha propriamente dita	845
7.6.1	Sobrepilha	847
7.6.2	Invalidação da partilha.....	847
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	848
7.7	Procedimento do arrolamento sumário	848
7.8	Procedimento do arrolamento comum	850
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	857
8.1	Noções gerais	857
8.2	Legitimidade para os embargos.....	858
8.2.1	Legitimidade ativa.....	858
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador	861
8.2.2	Legitimidade passiva.....	862

8.3	Competência	863
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	863
8.5	Procedimento.....	864
8.5.1	Petição inicial.....	864
8.5.2	Da liminar	865
8.5.3	Citação	866
8.5.4	Contestação.....	866
8.5.5	Sentença.....	867
8.6	Outras questões processuais	868
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	868
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes	868
9.	Oposição (arts. 682 a 686).....	874
9.1	Introdução	874
9.2	Aspectos da oposição	874
9.3	Procedimento.....	874
10.	Habilitação (arts. 687 a 692)	876
10.1	Considerações gerais.....	876
10.2	Aspectos do procedimento da habilitação	877
11.	Ações de família (arts. 693 a 699)	878
11.1	Introdução	878
11.2	Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010	878
11.2.1	Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010	880
11.3	Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos	881
11.3.1	Legitimidade e intervenção de terceiros	882
11.3.2	Contestação.....	883
11.3.3	Reconvenção	883
11.3.4	Revelia.....	884
11.3.5	Tutelas provisórias.....	885
11.3.6	Sentença.....	886
11.4	Implicações da dissolução matrimonial.....	886
11.4.1	O nome de casado	886
11.4.2	Os alimentos	888
11.4.3	Guarda dos filhos	889
11.5	Reconhecimento e extinção de união estável	890
11.5.1	União estável como entidade familiar	890
11.5.2	Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável.....	891
11.5.3	Extinção da união estável.....	893
11.6	Guarda, visitação e filiação	895
11.6.1	A questão da guarda compartilhada.....	895
11.6.2	Investigação de paternidade	897

11.7	Especificidades das ações de família.....	900
11.7.1	Foro competente.....	900
11.7.2	Incentivo à conciliação e mediação	901
11.7.3	Citação.....	902
11.7.4	Intervenção do Ministério Público	902
11.7.5	Alienação parental	903
12.	Ação monitoria (arts. 700 a 702).....	905
12.1	Introdução.....	905
12.2	Natureza jurídica da ação monitoria	907
12.3	Legitimidade e interesse de agir	908
12.4	Prova documental como pressuposto da tutela monitoria	910
12.5	Objeto da ação monitoria.....	914
12.6	Competência	914
12.7	Procedimento.....	915
12.7.1	Petição inicial.....	915
12.7.2	Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitorio	916
12.7.3	Citação	916
12.7.4	Respostas possíveis do devedor.....	917
12.7.5	Natureza jurídica dos embargos monitorios	918
12.7.6	Processamento dos embargos.....	919
12.8	Sentença.....	920
12.9	Coisa julgada.....	921
12.10	Execução	923
12.11	Outras questões processuais	923
12.11.1	Possibilidade de ajuizamento de ação monitoria em face da Fazenda Pública.....	923
12.11.2	Ação monitoria contra incapazes.....	924
12.11.3	Ação monitoria contra massa falida e devedor insolvente	925
12.11.4	Litigância de má-fé.....	925
13.	Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706)	928
13.1	Introdução.....	928
13.2	Homologação judicial.....	929
13.3	Homologação extrajudicial	929
14.	Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711)	931
15.	Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	933
16.	Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015.....	935
2	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770).....	937
1.	Disposições gerais	937
1.1	Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	938
1.2	Procedimentos previstos no art. 725.....	941

2.	Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	944
3.	Alienações judiciais (art. 730)	946
4.	Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734)	947
4.1	Noções gerais	947
4.1.1	A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?.....	948
4.1.2	Manutenção da separação judicial e extrajudicial	950
4.2	Separação judicial consensual	952
4.3	Divórcio judicial consensual.....	953
4.4	Extinção consensual de união estável.....	953
4.5	Alteração do regime de bens do matrimônio	954
4.6	Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável	957
4.6.1	Petição inicial.....	957
4.6.2	Tentativa preliminar de reconciliação	958
4.6.3	Sentença.....	959
4.7	Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	960
4.7.1	Generalidades	960
4.7.2	Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	961
4.7.3	As formalidades da escritura pública	962
4.7.3.1	Conteúdo da escritura pública	962
4.7.3.2	Efeitos da escritura.....	963
4.7.4	Presença do advogado	964
4.7.5	Condições para o acesso à via extrajudicial.....	964
4.7.6	Atuação do Ministério Público.....	965
4.7.7	O papel do tabelião	965
5.	Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	970
6.	Herança jacente (arts. 738 a 743)	973
7.	Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	974
7.1	Disposições suprimidas pelo CPC atual	975
8.	Das coisas vagas (art. 746)	977
9.	Da interdição (arts. 747 a 758)	977
9.1	Considerações gerais.....	977
9.2	Procedimento da interdição.....	981
9.2.1	Competência.....	981
9.2.2	Legitimidade	981
9.2.3	Competência.....	983
9.2.4	Petição inicial.....	984
9.2.5	Citação e demais atos do processo.....	985
9.2.6	Levantamento da curatela.....	986
9.2.7	Interdição parcial	987

9.3	Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763)	988
10.	Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	992
10.1	Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	992
10.2	Extinção da fundação	993
11.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770).....	994
11.1	Noções gerais	994
11.2	Procedimento.....	995

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1	Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	999
1.	Introdução.....	999
2.	Tutela executiva	1000
3.	Competência para a execução	1004
3.1	Modificação ou prorrogação da competência	1005
3.2	Prevenção do juízo executivo	1006
3.3	Declaração de incompetência na execução.....	1006
3.4	Conflito de competência na execução	1006
4.	A ação de execução	1007
4.1	Requisitos processuais da ação executiva.....	1008
4.1.1	Legitimidade para a execução	1008
4.1.2	Interesse processual para a execução.....	1009
4.2	Princípios da execução	1010
5.	Requisitos ou pressupostos processuais da execução.....	1012
5.1	Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	1013
5.2	Pressupostos específicos do processo executivo	1013
6.	Títulos executivos.....	1015
7.	Cumulação de execuções	1022
8.	Atos do processo executivo.....	1023
9.	Partes na execução	1024
9.1	Posição do cônjuge ou companheiro na execução.....	1027
9.2	Sucessão processual na execução	1028
9.3	Litisconsórcio na execução	1029
10.	Intervenção de terceiros no processo de execução	1031
11.	Responsabilidade patrimonial.....	1034
11.1	Responsabilidade originária.....	1034
11.2	Responsabilidade secundária.....	1034
11.3	Responsabilidade envolvendo direito de superfície.....	1036

11.4	Fraude à execução	1037
11.4.1	Fraude à execução e bem não sujeito a registro	1038
11.4.2	Efeitos da alienação.....	1039
11.4.3	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	1040
11.4.4	Fraude à execução x fraude contra credores.....	1040
12.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1041
2	Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	1049
1.	Introdução.....	1049
2.	Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1051
2.1	Execução para entrega de coisa certa.....	1052
2.2	Execução para entrega de coisa incerta.....	1053
3.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	1054
3.1	Considerações gerais.....	1054
3.2	Execução das obrigações de fazer	1055
3.3	Execução das obrigações de não fazer.....	1056
4.	Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1057
4.1	Considerações gerais.....	1057
4.2	Proposição da ação de execução.....	1058
4.2.1	Averbação da execução nos registros públicos.....	1059
4.3	Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora	1060
4.3.1	Impenhorabilidade.....	1065
4.3.2	Aspectos importantes relativos ao bem de família	1074
4.3.3	Indicação de bens à penhora	1081
4.3.4	Penhora por termo nos autos	1084
4.3.5	Arresto ou penhora <i>on-line</i>	1085
4.3.6	Penhora sobre bem indivisível	1091
4.3.7	Penhora de créditos.....	1091
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1092
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1093
4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas.....	1093
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1094
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa	1095
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	1097
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados	1098
4.3.13	Intimação da penhora.....	1099
4.3.14	Substituição da penhora.....	1103
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1104
4.4	Expropriação.....	1105
4.4.1	Adjudicação	1106
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial).....	1109
4.4.2.1	Atos preparatórios.....	1112

4.4.2.2	Do leilão	1114
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação.....	1118
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação...	1118
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1120
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1121
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1122
4.5	Satisfação do crédito	1122
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1123
4.5.2	Concurso de preferência	1124
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1125
5.	Execução contra a Fazenda Pública (art. 910).....	1132
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública	1133
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1136
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1139
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1153
8.1	Noções gerais	1153
8.2	Caracterização da insolvência	1154
8.3	Legitimação para a insolvência.....	1155
8.4	Competência para a insolvência.....	1156
8.5	Procedimento da insolvência.....	1156
8.5.1	Etapa de conhecimento	1156
8.5.2	Etapa da administração	1158
8.5.3	Etapa da liquidação.....	1159
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência.....	1160
3	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1163
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica.....	1163
2.	Embargabilidade da execução	1164
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado	1165
4.	Juízo competente	1167
5.	Embargos à execução.....	1167
5.1	Matérias argúveis nos embargos à execução	1168
5.2	Procedimento dos embargos.....	1171
5.2.1	Postulação	1171
5.2.2	Cognição preliminar.....	1173
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1175
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1176
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1178
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1179

5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1180
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1180
4	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925).....	1187
1.	Suspensão e extinção do processo de execução	1187
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1187
1.2	Da extinção da execução	1189
1.3	Prescrição intercorrente	1190

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1	Precedente judicial (arts. 926 e 927)	1197
1.	Introdução.....	1197
2.	Precedentes	1197
2.1	Noções fundamentais	1197
2.1.1	<i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1197
2.1.2	<i>Civil law</i> e a questão da segurança jurídica	1199
2.1.3	A convivência com o <i>stare decisis</i>	1200
2.1.4	Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distinguishing</i> ...	1201
2.1.5	Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1202
2.2	A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1204
2.3	A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015	1205
2.3.1	Fundamentação das decisões judiciais.....	1206
2.3.2	Uniformização da jurisprudência	1207
2.3.3	Precedentes obrigatórios	1209
2.3.4	Precedentes e julgamento de improcedência liminar.....	1212
2.3.5	Precedentes e reclamação constitucional.....	1213
2.4	Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC.....	1214
2	Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 a 993)	1219
1.	Introdução.....	1219
2.	Ordem dos processos nos tribunais.....	1219
2.1	Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais.....	1219
2.2	Das atribuições do relator	1221
2.3	Da preparação e do julgamento.....	1225

3.	Processos de competência originária dos tribunais.....	1230
3.1	Incidente de assunção de competência (art. 947)	1230
3.1.1	Noções gerais	1230
3.1.2	Requisitos	1231
3.1.3	Procedimento	1232
3.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950).....	1233
3.2.1	Noções gerais	1233
3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade	1234
3.2.3	Procedimento	1235
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1236
3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959)	1237
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1237
3.4.1	Noções gerais	1237
3.4.2	Execução de medidas de urgência	1239
3.4.3	Requisitos e competência	1240
3.4.4	Procedimentos	1241
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1241
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975).....	1243
3.5.1	Considerações gerais	1243
3.5.2	Decisão de mérito	1244
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória	1246
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória.....	1246
3.5.5	Rescisão x anulação do julgado	1257
3.5.6	Competência	1258
3.5.7	Legitimidade ativa.....	1259
3.5.8	Legitimidade passiva.....	1261
3.5.9	Prazo	1262
3.5.10	Procedimento da ação rescisória.....	1264
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968).....	1264
3.5.10.2	Depósito prévio	1266
3.5.10.3	Valor da causa.....	1267
3.5.10.4	Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e rejuízo da demanda (<i>iudicium rescisorium</i>)	1268
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda	1269
3.5.12	Defesa do réu	1270
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1271
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	1271
3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987).....	1282
3.6.1	Para uma melhor compreensão do instituto	1282

3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1285
3.6.3	Procedimento	1286
3.6.4	Suspensão dos processos	1287
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados	1288
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1289
3.6.7	Tese paradigma e força normativa	1289
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1291
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1291
3.7.2	Procedimento da reclamação no CPC atual.....	1294
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias.....	1296
3	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008).....	1301
1.	Teoria geral dos recursos.....	1301
1.1	Conceito.....	1301
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1302
1.3	Princípios fundamentais dos recursos.....	1303
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1303
1.3.2	Taxatividade.....	1304
1.3.3	Singularidade.....	1304
1.3.4	Fungibilidade.....	1305
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1307
1.3.6	Voluntariedade	1308
1.3.7	Dialeticidade.....	1308
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1310
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1311
1.4.1	Cabimento.....	1313
1.4.2	Legitimidade	1313
1.4.3	Interesse.....	1315
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos.....	1317
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso	1318
1.4.4	Tempestividade.....	1320
1.4.5	Preparo	1328
1.4.6	Regularidade formal	1331
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	1332
1.5	Efeitos dos recursos.....	1332
1.5.1	Efeito devolutivo.....	1332
1.5.2	Efeito translativo	1333
1.5.3	Efeito suspensivo.....	1334
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1334
1.5.5	Efeito regressivo	1335

1.6	Alcance do recurso do litisconsorte.....	1335
1.7	Recurso adesivo	1336
4	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044)	1343
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014).....	1343
1.1	Conceito.....	1343
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente.....	1344
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973	1344
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias	1345
1.3	Efeitos da apelação	1346
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo	1347
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura	1349
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação	1351
1.3.4	Efeito suspensivo	1351
1.4	Procedimento na apelação	1355
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial	1355
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332	1356
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes	1356
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1362
2.1	Noções gerais	1362
2.2	Hipóteses de cabimento.....	1362
2.2.1	Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa.....	1369
2.3	Procedimento.....	1370
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1370
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1372
2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1372
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação	1373
2.3.5	Ampliação do órgão colegiado.....	1374
3.	Agravo interno (art. 1.021)	1379
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1382
4.1	Conceito e cabimento	1382
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1384
4.3	Embargos para efeito de prequestionamento	1385
4.4	Procedimento.....	1386
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1387
4.5	Efeitos.....	1388
4.6	Embargos manifestamente protelatórios.....	1390

5.	Recurso ordinário (art. 1.027)	1392
5.1	Conceito e cabimento	1392
5.2	Procedimento	1393
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1395
6.1	Aspectos em comum.....	1395
6.1.1	Peculiaridades sobre o prequestionamento	1398
6.1.2	Juízo de admissibilidade.....	1399
6.1.3	Vício formal em RE e REsp.....	1400
6.1.4	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas	1401
6.1.5	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1402
6.1.6	Efeito devolutivo do RE e do REsp	1403
6.1.7	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1404
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1406
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário....	1407
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial	1409
6.4.1	Novo requisito de admissibilidade: a relevância da questão infraconstitucional.....	1411
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário.....	1413
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041).....	1415
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1417
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042).....	1419
8.	Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044)	1423
8.1	Noções gerais	1423
8.2	Cabimento	1424
8.3	Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário	1425

Parte VI

Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único – Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072)	1431
1. Introdução.....	1431
2. A <i>vacatio legis</i> do CPC.....	1431
3. Aplicação do CPC atual aos processos em curso.....	1432
3.1 Processos regulados pelo CPC/1939.....	1433
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1435
5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051).....	1437
6. Insolvência civil	1437

7.	Regras especiais de transição	1437
7.1	As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual.....	1437
7.2	Prescrição intercorrente	1438
7.3	Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional	1439
7.4	Depósitos judiciais	1440
7.5	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	1440
8.	Alterações legislativas	1441
8.1	Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.....	1441
8.2	Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem	1441
8.3	Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais.....	1442
8.3.1	Aplicação do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais.....	1442
8.3.2	Embargos de declaração	1443
8.4	Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral	1444
9.	Dispositivos revogados.....	1445
10.	Usucapião administrativa ou extrajudicial	1447
10.1	Competência	1448
10.2	Requerimento da parte interessada.....	1448
10.3	Procedimento.....	1449
10.4	Não obrigatoriedade da via administrativa.....	1450
10.5	Intervenção do Ministério Público	1450
	Referências bibliográficas	1453